



G1. ANALISTA DE CONTROLE INTERNO (NS)



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens a seguir.

01. As Finanças Públicas representam o conjunto complexo de receitas e despesas governamentais, cuja gestão é rigidamente direcionada pelos princípios da legalidade e transparência. O orçamento público, como instrumento primordial, não apenas orienta o planejamento estratégico das finanças estatais, mas também desempenha um papel crucial no controle rigoroso da execução financeira. Através dele, busca-se não apenas otimizar a alocação dos recursos públicos, visando maximizar o impacto das políticas governamentais, mas também garantir uma responsabilidade contínua e efetiva perante a sociedade, fortalecendo a confiança pública e promovendo a eficiência na gestão fiscal.
02. A apuração do resultado do exercício consiste na comparação sistemática e detalhada das receitas auferidas e das despesas incorridas ao longo de um período contábil específico. Esse procedimento essencial não apenas quantifica o saldo final de lucro ou prejuízo da entidade, mas também serve como um indicador crítico da eficiência operacional, gestão financeira e desempenho estratégico durante o período de análise. A precisão e a integridade dessa apuração são imprescindíveis para fornecer uma visão completa e precisa da performance financeira da entidade, influenciando diretamente decisões estratégicas, políticas de distribuição de resultados e a transparência na prestação de contas aos stakeholders.
03. O método das partidas dobradas é um princípio contábil no qual cada transação é registrada em pelo menos duas contas: uma de débito e outra de crédito. Isso garante que o total dos débitos seja igual ao total dos créditos em qualquer transação, mantendo o equilíbrio contábil, o que é fundamental para a precisão e integridade das informações financeiras de uma empresa.
04. O Sistema Tributário Nacional no Brasil opera sob os princípios fundamentais da legalidade, anterioridade e capacidade contributiva, entre outros. Esses princípios não apenas orientam a criação, arrecadação e fiscalização dos tributos, mas também asseguram a equidade e a justiça fiscal na aplicação das normas tributárias, conforme estabelecido pela Constituição Federal e legislação complementar. A complexidade do sistema reside na interação dinâmica desses princípios, que exigem que os tributos sejam instituídos de acordo com a lei, respeitem períodos pré-determinados para sua cobrança e considerem a capacidade econômica dos contribuintes, garantindo assim um ambiente tributário equitativo e compatível com os objetivos sociais e econômicos do país.
05. A administração da sociedade limitada pode ser exercida por um ou mais administradores, sócios ou não, conforme previsto no contrato social. Os administradores têm o dever de gerir os negócios sociais com diligência e lealdade, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos sócios. Suas atribuições incluem representar a empresa perante terceiros, realizar atos em nome da sociedade e prestar contas de sua gestão aos sócios.
06. A divulgação adequada das informações contábeis no setor público, conforme preconizado pela NBC TSP Estrutura Conceitual, é essencial para promover a transparência e a accountability das entidades públicas. Isso inclui a divulgação de políticas contábeis significativas, métodos de mensuração utilizados, e outras informações relevantes que possam impactar a interpretação das demonstrações contábeis pelos usuários.
07. Na sociedade limitada, os sócios têm responsabilidade limitada ao valor de suas quotas, ou seja, não respondem pessoalmente pelas dívidas sociais além do capital social subscrito. Essa característica é fundamental para atrair investidores e proteger o patrimônio pessoal dos sócios em caso de dificuldades financeiras da empresa. A limitação da responsabilidade dos sócios é um dos principais diferenciais desse tipo societário em relação à sociedade simples ou empresária.

08. A União possui competência legislativa privativa para legislar sobre direito penal, processual, eleitoral, econômico, financeiro, tributário e previdenciário. Essa exclusividade garante a uniformidade das leis em todo o território nacional, evitando disparidades regionais e conflitos de normas entre os entes federativos.
09. A independência é um princípio fundamental na auditoria interna, conforme as normas brasileiras e internacionais. Os auditores internos devem ser independentes das atividades que auditam para garantir a imparcialidade e a objetividade de suas avaliações. Isso envolve não ter interesses pessoais ou profissionais que possam influenciar seu julgamento.
10. A Estrutura Conceitual NBC TSP não se aplica exclusivamente às entidades privadas, sendo projetada especificamente para orientar a contabilidade no setor público. Ela considera as particularidades das transações e operações típicas do ambiente público, como orçamentos, programas governamentais, e a necessidade de prestação de contas aos cidadãos e órgãos de controle.
11. Na execução do trabalho de auditoria interna, não é necessário seguir um plano de auditoria ou procedimentos específicos, desde que o auditor possua experiência suficiente. A flexibilidade total na abordagem garante que os auditores possam se adaptar a diferentes situações sem a necessidade de uma metodologia estruturada.
12. A Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece normas para a gestão financeira e patrimonial da administração pública, incluindo a contabilidade pública, que deve ser organizada de forma a permitir o controle dos recursos públicos, a avaliação do patrimônio e a apuração dos resultados econômicos e financeiros.
13. A Estrutura Conceitual NBC TSP é um documento emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que estabelece os conceitos fundamentais e os princípios para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis no setor público no Brasil. Ela fornece diretrizes sobre a mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação das transações e eventos contábeis, visando assegurar a comparabilidade e a qualidade da informação contábil.
14. O Habeas Data é uma garantia constitucional que assegura o acesso às informações pessoais constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Visa a possibilitar a retificação de dados incorretos, mas não é usado para obter informações em geral sobre a pessoa.
15. A União detém exclusividade na instituição de todos os tributos, sem qualquer participação dos estados e municípios na criação ou na cobrança de impostos. Isso garante a uniformidade e a equidade na tributação em todo o território nacional, evitando disparidades regionais e conflitos de competência.
16. O Direito de Petição é garantido constitucionalmente como a possibilidade de qualquer pessoa apresentar requerimentos aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abusos de poder. A Ação Civil Pública, por sua vez, é uma ação judicial movida por entidades legitimadas como o Ministério Público para proteger interesses difusos e coletivos, como o meio ambiente e o patrimônio cultural.
17. As contas patrimoniais registram as operações de receitas e despesas ao longo do tempo, enquanto as contas de resultado são usadas para registrar os ativos e passivos da empresa. Essas contas são cruciais para o controle de estoques e para o gerenciamento financeiro.
18. A unidade da Federação implica que todos os estados e o Distrito Federal possuem a mesma autonomia legislativa e administrativa, sem distinção de competências. Isso garante a uniformidade na aplicação das leis em todo o território nacional, facilitando a governabilidade e a harmonia entre os diferentes entes federativos.
19. A competência profissional na auditoria interna é um conceito secundário, que pode ser compensado pela experiência prática dos auditores. Não é necessário que os auditores internos possuam formação específica ou treinamento contínuo, desde que tenham anos de experiência na área contábil.
20. A administração da sociedade limitada é sempre exercida por todos os sócios de forma conjunta e solidária, sem a possibilidade de designação de administradores ou diretores específicos para representar a empresa perante terceiros. Esse modelo de gestão compartilhada pode gerar dificuldades na tomada de decisões e na eficiência operacional da empresa.
21. A evidenciação dos resultados contábeis no balanço patrimonial é opcional e depende da escolha da entidade. Na prática, todas as entidades são obrigadas a evidenciar claramente os resultados financeiros e patrimoniais, tanto para fins de prestação de contas quanto para cumprir normas contábeis e regulatórias.
22. A descentralização na Administração Pública é um conceito ultrapassado, pois a concentração de poderes facilita a implementação rápida de políticas públicas. A centralização é preferível porque permite um controle mais eficiente e uniforme sobre as ações do governo, evitando discrepâncias e ineficiências administrativas entre diferentes órgãos e entidades.
23. O orçamento participativo é uma prática adotada no Brasil para promover a participação popular na definição das prioridades de gastos públicos. Ele permite que os cidadãos contribuam com sugestões e decisões sobre como os recursos públicos devem ser aplicados em suas comunidades, fortalecendo a democracia e aumentando a transparência na gestão pública.
24. As perdas representam diminuições no patrimônio líquido da entidade, resultantes de eventos adversos ou despesas que excedem as receitas em determinado período. Elas são evidenciadas no balanço patrimonial e podem impactar negativamente o resultado do exercício.

25. O conselho fiscal na sociedade limitada não é obrigatório por lei, mas pode ser instituído conforme decisão dos sócios em assembleia geral. Ele tem a função de fiscalizar as atividades dos administradores e verificar a conformidade das operações sociais com as disposições legais e estatutárias. Geralmente composto por membros eleitos pelos sócios, o conselho fiscal representa um mecanismo de controle interno importante para a transparência e governança corporativa.
26. O ato administrativo vinculado é aquele em que a Administração Pública não possui margem de escolha ou discricionariedade na sua execução, devendo agir de acordo com critérios objetivos estabelecidos pela lei. Esse tipo de ato está sujeito apenas ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário, garantindo que a Administração obedeça estritamente aos preceitos legais ao praticá-lo.
27. A discricionariedade é uma característica dos atos administrativos em que a Administração Pública possui certa margem de liberdade na escolha da melhor forma de agir diante de situações não completamente reguladas pela lei. Esse espaço de escolha permite que os agentes públicos adaptem suas decisões às peculiaridades e necessidades específicas de cada caso, contribuindo para uma gestão mais flexível e eficiente dos recursos públicos.
28. Os atos administrativos são imunes à invalidação judicial, uma vez que a Administração Pública possui autonomia na aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, sem necessidade de controle pelo Poder Judiciário. Na realidade, a validade dos atos administrativos pode ser questionada judicialmente caso não atendam aos requisitos legais, incluindo a adequação dos motivos determinantes.
29. Os atos administrativos não precisam cumprir requisitos específicos para serem considerados válidos. A Administração Pública tem ampla liberdade para decidir sobre suas atribuições, sem a necessidade de observância de competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Essa flexibilidade permite maior agilidade na gestão pública, sem comprometer a legalidade e a segurança jurídica.
30. A invalidação de um ato administrativo por desvio de finalidade é uma medida necessária para preservar a moralidade administrativa e a legalidade dos atos públicos. O desvio de finalidade ocorre quando o administrador pratica o ato com um objetivo diferente daquele previsto pela lei, o que compromete a própria razão de existir do ato. Dessa forma, a anulação é um instrumento para corrigir ilegalidades e proteger os direitos dos administrados contra abusos ou desvios por parte da Administração Pública.
31. A revogação de um ato administrativo é um poder discricionário da Administração Pública para retirá-lo de circulação quando não mais se mostrar conveniente ou oportuno para a consecução do interesse público. Essa medida está amparada na ideia de que a administração deve adaptar suas decisões às necessidades dinâmicas da sociedade, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz.
32. A discricionariedade administrativa concede aos agentes públicos total liberdade para decidir de acordo com seus interesses pessoais e políticos, sem qualquer controle ou balizamento pela lei. Na verdade, a discricionariedade é sempre exercida dentro de um quadro normativo que estabelece limites e critérios para sua aplicação, evitando arbitrariedades e assegurando a conformidade com os princípios constitucionais e legais.
33. Os atos administrativos podem ser revogados ou anulados pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, caso não atendam aos requisitos de validade ou sejam contrários aos interesses públicos. A revogação ocorre quando o ato administrativo deixa de ser conveniente ou oportuno, enquanto a anulação é aplicada quando há vício que o torna ilegal desde sua origem.
34. A discricionariedade administrativa é reconhecida como essencial para a eficácia da Administração Pública, especialmente em áreas onde a regulamentação legal não pode prever todas as circunstâncias possíveis. Esse poder discricionário, no entanto, não é absoluto e deve ser exercido dentro dos limites da legalidade, da moralidade e da finalidade pública, garantindo assim a proteção dos direitos dos cidadãos e a realização do interesse público de forma justa e equitativa.
35. A Teoria dos Motivos Determinantes estabelece que a validade de um ato administrativo está condicionada à correspondência entre os motivos declarados pela Administração e os motivos efetivamente considerados para sua edição. Isso significa que, se os motivos reais divergirem dos declarados, o ato pode ser anulado judicialmente. Essa teoria visa a garantir que a administração não atue de forma arbitrária ou desleal, mantendo a transparência e a conformidade com os princípios da legalidade e da motivação adequada dos atos administrativos.
36. A Teoria dos Motivos Determinantes não se aplica aos atos administrativos que possuam justificativas lógicas e fundamentadas, mesmo que diferentes dos motivos alegados inicialmente. Pelo contrário, a teoria visa justamente garantir que a Administração Pública seja transparente quanto aos motivos que fundamentam suas decisões, independentemente da sua lógica interna, desde que sejam devidamente motivadas e adequadas aos fins previstos em lei.
37. Os atributos dos atos administrativos são características secundárias que não influenciam sua validade ou eficácia. Presunção de legitimidade e autoexecutoriedade são princípios jurídicos obsoletos e sem relevância prática na administração contemporânea. A ausência desses atributos não compromete a autoridade ou a efetividade dos atos administrativos.
38. O mérito administrativo é um conceito que limita a discricionariedade dos agentes públicos, exigindo que todas as decisões sejam estritamente vinculadas aos preceitos legais estabelecidos. Qualquer decisão administrativa deve ser completamente regulamentada por leis, restringindo a autonomia dos administradores para decidir sobre questões complexas e multifacetadas.

39. Podemos compreender que o método das partidas dobradas é opcional para empresas de pequeno porte, que podem optar por registrar suas transações usando um sistema simplificado de partida simples. Isso permite que pequenas empresas mantenham suas contabilidades sem a necessidade de equilibrar débitos e créditos para cada transação.
40. O princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos permite que determinados atos produzam efeitos imediatos sem necessidade de intervenção judicial prévia. Isso é especialmente importante em situações urgentes ou emergenciais, como na desapropriação de bens para fins de utilidade pública, situação na qual a administração pode agir imediatamente para garantir a continuidade dos serviços públicos.
41. A revogação de um ato administrativo é possível apenas quando não há direitos adquiridos envolvidos, sendo irrelevante a conveniência pública para a Administração. Na prática, a revogação deve respeitar os direitos adquiridos e seguir critérios de razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, conforme estabelecido pela legislação vigente.
42. A apuração dos resultados é o processo pelo qual as receitas e as despesas são comparadas ao final de um período contábil para determinar o lucro ou prejuízo de uma empresa. Esse processo envolve o fechamento das contas de resultado e a transferência do saldo para a conta de resultado do exercício, refletindo a performance financeira da entidade.
43. A dissolução parcial da sociedade contratual pode ocorrer quando um dos sócios falece ou é declarado incapaz, dependendo das disposições do contrato social e da legislação aplicável. Essa situação pode levar à necessidade de reorganização da sociedade ou à liquidação da parte do sócio falecido ou incapaz.
44. A Lei Federal nº 4.320/1964 permite que as despesas sejam classificadas apenas em categorias econômicas, como despesas correntes e de capital, sem a necessidade de detalhamento funcional-programático. Dessa forma, não é exigido um detalhamento das finalidades e funções das despesas no orçamento.
45. A dissolução total da sociedade contratual necessariamente envolve a liquidação de todos os ativos e passivos da empresa. Nesse tipo de dissolução, os sócios devem promover a partilha do patrimônio remanescente após a quitação das dívidas sociais e outras obrigações, conforme estabelecido no contrato social ou na legislação aplicável.
46. As deliberações dos sócios na sociedade limitada são tomadas em assembleias gerais, onde são discutidos e votados os assuntos de interesse da empresa. Decisões estratégicas, como alteração do contrato social, eleição de administradores e distribuição de lucros, requerem deliberação por maioria absoluta ou qualificada, conforme estipulado no contrato social. A participação dos sócios nas assembleias é garantida pelo direito de voto, proporcional à sua participação no capital social.
47. O Habeas Corpus é um remédio constitucional essencial, cujo objetivo primordial é assegurar a preservação do direito à liberdade de locomoção das pessoas. Essa garantia é outorgada sempre que alguém é vítima ou corre o risco iminente de ser submetido a violência física ou coação ilícita, restringindo assim sua liberdade de movimento.
48. A Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pela gestão dos interesses coletivos e pela execução das políticas públicas. Essa definição reflete a natureza da administração como um serviço público voltado para o bem-estar da sociedade, regulamentado por normas que visam a garantir transparência e eficiência na aplicação dos recursos.
49. Na sociedade limitada, os sócios têm responsabilidade ilimitada pelas dívidas sociais, respondendo com seus bens pessoais em caso de insolvência da empresa. Essa característica torna esse tipo societário menos atraente para investidores e empreendedores que desejam limitar os riscos financeiros associados à atividade empresarial.
50. A Estrutura Conceitual NBC TSP estabelece critérios claros para o reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações contábeis no setor público. Isso inclui a definição de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como os critérios para determinar quando esses elementos devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis e como devem ser mensurados.
51. O princípio da capacidade contributiva no Sistema Tributário Nacional não é um conceito relevante, pois não há obrigação legal para que os tributos sejam proporcionais à capacidade econômica do contribuinte. O que importa é a aplicação uniforme das alíquotas tributárias, independentemente da situação financeira individual.
52. O âmbito de atuação da auditoria interna engloba uma avaliação abrangente e detalhada da eficácia dos controles internos, da governança corporativa e da gestão de riscos organizacionais. As normas internacionais de auditoria interna estabelecem que o auditor deve planejar e conduzir suas atividades de forma sistemática e disciplinada, com base em uma metódica análise de risco. Esse planejamento orientado pelo risco assegura que todas as áreas críticas e significativas da organização sejam adequadamente auditadas, permitindo a identificação de potenciais fraquezas e a recomendação de melhorias. Além disso, a auditoria interna deve incorporar uma abordagem integrada que considere as inter-relações entre diferentes processos e sistemas, promovendo assim uma visão holística e estratégica da governança organizacional e contribuindo para a melhoria contínua da eficiência operacional e da conformidade com normas e regulamentos aplicáveis.
53. A Ação Popular é um instrumento jurídico que permite a qualquer cidadão a defesa do patrimônio público e social, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural. Esse tipo de ação não pode ser movida por qualquer pessoa física, apenas por cidadãos no gozo de seus direitos políticos.

54. Podemos compreender que os ganhos são reconhecidos no momento em que são realizados, refletindo aumentos no patrimônio líquido da entidade. Eles podem surgir de diversas fontes, como a venda de ativos não operacionais ou a recebimento de indenizações.
55. As contas de resultado são usadas para registrar os bens de uma entidade, como as vendas, que representam a entrada de novos ativos no patrimônio da empresa. As contas de resultado incluem apenas ativos fixos e estoques, não considerando receitas e despesas operacionais.
56. As contas patrimoniais são classificadas em ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo engloba recursos controlados pela empresa, como dinheiro, estoques e equipamentos. O passivo representa as obrigações da empresa, como empréstimos e contas a pagar. O patrimônio líquido é o valor residual dos ativos após a dedução dos passivos.
57. A informação contábil de propósito geral, conforme definido pela Estrutura Conceitual NBC TSP, é aquela destinada a atender às necessidades comuns de usuários que não têm a capacidade de exigir relatórios personalizados. Esses usuários incluem cidadãos, legisladores, gestores públicos, investidores e analistas, que utilizam as demonstrações contábeis para avaliar a posição financeira, o desempenho e a capacidade de geração de recursos das entidades do setor público.
58. O Mandado de Segurança é um remédio constitucional utilizado para proteger direitos líquidos e certos contra atos ilegais ou abusivos de autoridades públicas ou de agentes de pessoa jurídica no exercício de suas atribuições. Pode ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica que se sinta prejudicada por ato ilegal ou abuso de poder.
59. Além das causas expressamente previstas no contrato social, a dissolução de fato é uma possibilidade quando há a paralisação das atividades sociais de forma permanente, mesmo sem a formalização legal da dissolução. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando os sócios param de exercer regularmente as atividades empresariais previstas no objeto social.
60. O equilíbrio fiscal não é uma preocupação na gestão das Finanças Públicas, pois a prioridade é garantir o financiamento das despesas governamentais, independentemente do resultado fiscal. A busca por superávits primários ou equilíbrio entre receitas e despesas não é uma prática adotada pelos governos, que podem recorrer a déficits orçamentários sem restrições.
61. De acordo com os conceitos do direito, o Mandado de Injunção é uma ação constitucional utilizada para suprir a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais. É destinado a proteger direitos que dependem de regulamentação para serem exercidos plenamente.
62. Os poderes do administrador público incluem o poder hierárquico, disciplinar e normativo. O poder hierárquico permite a coordenação e a subordinação entre os órgãos da administração. O poder disciplinar possibilita punir infrações dos servidores. O poder normativo permite editar normas complementares às leis.
63. A organização político-administrativa do Estado brasileiro é baseada no princípio da autonomia dos entes federativos: União, estados, Distrito Federal e municípios. Cada um possui competências específicas e autonomia para legislar sobre questões de interesse local, respeitando os princípios constitucionais da unidade, indivisibilidade e autonomia.
64. A receita é uma entrada de recursos econômicos que aumenta o patrimônio líquido da entidade, geralmente resultante das atividades operacionais da empresa, como vendas de produtos ou prestação de serviços. Ela é reconhecida no período em que é realizada, independentemente do recebimento em dinheiro.
65. A NBC TSP Estrutura Conceitual não enfatiza a importância da comparabilidade das informações contábeis no setor público. Embora seja um dos objetivos principais da estrutura conceitual, garantir a comparabilidade das demonstrações contábeis ao longo do tempo e entre diferentes entidades é fundamental para facilitar a análise e a tomada de decisão pelos usuários das informações contábeis públicas.
66. A transparência na Administração Pública não é um princípio essencial, sendo apenas uma opção para os gestores públicos. Não há obrigação legal para que todas as informações sejam acessíveis ao público, pois isso poderia comprometer a eficácia administrativa. Além disso, a divulgação excessiva de informações pode expor estratégias e decisões sensíveis que prejudicariam a eficiência governamental.
67. A responsabilidade fiscal na Administração Pública é um princípio fundamental estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Essa lei impõe limites para os gastos públicos, estabelece regras para a gestão fiscal responsável e determina mecanismos de transparência na utilização dos recursos públicos. O objetivo é assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, evitando o endividamento excessivo e promovendo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.
68. Os deveres do administrador público incluem a legalidade, a moralidade e a eficiência. A legalidade exige que seus atos estejam em conformidade com a lei, enquanto a moralidade impõe a adoção de conduta ética. A eficiência visa a otimizar recursos para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população.
69. A despesa representa uma saída de recursos econômicos que resulta na redução do patrimônio líquido da entidade, sendo comumente associada ao consumo de bens ou serviços essenciais para a geração de receitas operacionais. A contabilização da despesa ocorre no período em que ocorre a obrigação econômica, independentemente do momento do efetivo desembolso financeiro. Essa prática reflete o compromisso contábil de reconhecer as despesas como parte integrante da apuração do resultado do exercício, garantindo assim a correta avaliação dos custos incorridos para a operação e administração da entidade.

70. A competência legislativa concorrente permite que União, estados e Distrito Federal legislem sobre temas de interesse comum, como educação, cultura, saúde, meio ambiente, proteção à infância e à juventude, turismo e desporto. Essa divisão de competências visa à cooperação entre os entes federativos na elaboração de normas que atendam às necessidades locais e nacionais.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Os cookies são arquivos criados por sites para coletar dados sobre sua navegação na internet. Eles geralmente armazenam informações como as páginas visitadas e os links clicados. Esses dados ajudam a personalizar a página de acordo com o perfil do usuário, proporcionando uma melhor experiência ou facilitando o transporte de dados no site. Ao armazenar as informações dos visitantes, os cookies permitem que a página seja executada mais facilmente na próxima visita, eliminando a necessidade de preencher todos os dados novamente. Além disso, os cookies podem ser usados para questões de segurança da informação, ajudando a evitar fraudes e ataques, e protegendo o usuário nas interações com um serviço. Eles também são capazes de reconhecer se as solicitações feitas durante a navegação são realmente do usuário ou de uma pessoa mal-intencionada.
72. A flexibilidade das fórmulas do Google Planilhas é fundamental para a eficiência nos negócios. Elas podem ser aplicadas a células individuais, intervalos de células ou planilhas inteiras, conforme as necessidades do seu projeto. Essas fórmulas são úteis em diversas áreas, como finanças, contabilidade, marketing, gerenciamento de projetos e muito mais. A função SOMASE, por exemplo, é extremamente eficaz para somar valores com base em critérios específicos. Por exemplo, a fórmula `=SOMASE(A1, ">50")` somará todos os valores na faixa A1 que forem maiores que 50, permitindo um resumo de dados personalizado. Para encontrar informações em grandes conjuntos de dados, a função PROCV é indispensável. Usando `=PROCV(A2, B1, 2, FALSO)`, você pode buscar um valor na primeira coluna da tabela B1 e retornar o valor correspondente na segunda coluna, economizando tempo em buscas manuais.
73. Os conceitos de ética e democracia no exercício da cidadania estão intrinsecamente ligadas à participação ativa dos cidadãos na vida política e social. O exercício da cidadania ética não se resume apenas ao cumprimento das obrigações legais, mas envolve um compromisso pessoal com valores como justiça, igualdade e respeito pelos direitos dos outros membros da sociedade. Por exemplo, a participação em movimentos sociais que promovem a equidade de gênero ou a defesa dos direitos humanos demonstra um engajamento ético com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
74. O WordPad é um editor de texto semelhante ao Word, pertencente ao pacote Microsoft Office, mas não vem incluído no sistema operacional. Ele permite a criação e edição de documentos que podem incluir formatação avançada e elementos gráficos, como imagens ou documentos vinculados. Ao contrário do Bloco de Notas, os documentos no WordPad podem ser salvos em diferentes formatos, como texto simples, Rich Text Format (RTF), arquivo de texto para MS-DOS ou Unicode. Esses formatos oferecem flexibilidade para trabalhar com diversos programas e sistemas operacionais, especialmente útil para documentos multilíngues, que devem ser salvos como arquivos RTF.
75. Os vírus de computador são programas maliciosos que se espalham inserindo cópias de si mesmos em outros softwares e arquivos. Eles têm a capacidade de se propagar automaticamente, sem a necessidade de serem executados manualmente. Além disso, os vírus podem utilizar recursos como listas de contatos de e-mail para enviar cópias de si mesmos a esses contatos, ampliando sua disseminação. Para se proteger contra vírus de computador, é fundamental utilizar softwares antivírus atualizados, manter o sistema operacional e outros programas sempre atualizados com os patches de segurança mais recentes, evitar abrir anexos de e-mails ou links de fontes desconhecidas, e realizar backups regulares dos dados importantes.
76. A ética no setor público inclui o compromisso com a honestidade e a integridade na gestão financeira e orçamentária. Por exemplo, um contador público deve assegurar que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e transparente, garantindo a conformidade com os princípios contábeis e a prestação de contas aos órgãos de fiscalização. A honestidade na gestão financeira fortalece a confiança pública nas instituições governamentais e na aplicação correta dos recursos arrecadados dos contribuintes.
77. Valores como justiça, equidade e respeito pelos direitos humanos são fundamentais para uma abordagem ética no setor público. Um exemplo prático é o papel de um assistente social, que trabalha para garantir que os programas de assistência social sejam distribuídos de forma justa e equitativa, beneficiando aqueles que mais necessitam de apoio. Esses profissionais devem agir com sensibilidade ética, respeitando a dignidade e os direitos das pessoas em situações vulneráveis.
78. As Google Sheets são ferramentas poderosas que permitem aos usuários criar, editar e compartilhar planilhas online através do Google Drive, acessíveis tanto em computadores como em dispositivos móveis. Esse aplicativo oferece às empresas de diversos setores e tamanhos a capacidade de gerenciar e armazenar dados na nuvem, facilitando a troca de informações entre colaboradores e clientes. A versão gratuita oferece 100 GB de armazenamento e recursos avançados de colaboração, como restrição de acesso a células específicas e acompanhamento das edições feitas pelos colaboradores. Enquanto isso, sua versão paga oferece a integração com o BigQuery para análise avançada de dados e acesso a recursos de aprendizado de máquina e inteligência artificial, como a API do Google Sheets.

79. A inteligência deve ser encarada como base da moral. Partindo do princípio de identidade, o comportamento humano está relacionado com a identificação no outro, ou seja, a ação das pessoas influencia o comportamento individual. Assim, podemos dizer que a ética e amoral são os mais importantes valores do homem livre.
80. A integridade é um pilar central da ética no setor público, assegurando que as decisões e ações sejam transparentes, imparciais e alinhadas com o interesse público. Um exemplo claro disso é o trabalho de um auditor fiscal, que deve conduzir auditorias com rigor e imparcialidade, garantindo que empresas e indivíduos paguem impostos justos e contribuam de maneira equitativa para o financiamento de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.
81. As virtudes surgem como parte da noção humana de perfeição. A solidariedade, a honestidade, a verdade, a lealdade, entre outros, são noções de comportamento ideal, e são adotados pelo homem como parte de um sistema de orientação de conduta. Isso não significa que as pessoas se considerem perfeitas, senão que eles sejam orientadas em certo grau por um ideal de perfeição, que será por perseguido ao longo da vida.
82. De acordo com o Código de Ética, constitui dever fundamental do servidor público abdicar dos seus interesses pessoais, bem como dos meandros da vida privada, em função dos interesses maiores da sociedade brasileira, e vivenciar a prestação dos serviços públicos como um verdadeiro sacerdócio.
83. De acordo com os pensamentos filosóficos, podemos entender que a moral é subjetiva e condicionada. Isso significa que a moral depende das circunstâncias e das percepções individuais. Por outro lado, a ética é uma ciência voltada para o comportamento moral, com o objetivo de compreender e criticar as normas morais de uma sociedade. Portanto, a ética possui tanto uma dimensão filosófica quanto científica.
84. A navegação privativa, também conhecida como modo anônimo ou modo incógnito, ajuda a evitar o compartilhamento dos dados de navegação com outros usuários do dispositivo. Ao abrir uma nova janela anônima pela primeira vez, você inicia uma sessão de navegação separada. Todas as janelas anônimas subsequentes fazem parte dessa mesma sessão. Esse recurso oculta tanto a identidade dos usuários quanto o histórico de navegação de provedores de serviços de internet, governos e anunciantes, proporcionando uma camada de proteção contra roubo de dados e sites maliciosos ao evitar o rastreamento.
85. A responsabilidade ética no setor público vai além do simples cumprimento das normas legais; ela exige a atuação baseada nos princípios de justiça e equidade. Por exemplo, um administrador público, ao formular políticas sociais como programas de saúde pública, deve assegurar que essas políticas beneficiem equitativamente todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. Agir eticamente significa promover a inclusão e o bem-estar social, garantindo que todas as pessoas tenham acesso justo e igualitário aos serviços oferecidos pelo governo.
86. Uma das formas eficazes de organizar e gerenciar arquivos é estabelecer um padrão que facilite a recuperação rápida e objetiva das informações. Recomenda-se criar nomes simples e facilmente reconhecíveis, além de organizar pastas distintas para cada departamento específico. Outra técnica para nomear arquivos é renomeá-los em massa. Isso pode ser feito selecionando todos os arquivos de uma vez com o comando Ctrl+F, seguido da tecla F2 para renomeá-los com o nome desejado. Após pressionar a opção "Enter", os arquivos receberão o novo nome, sendo diferenciados entre si por números sequenciais.
87. A Internet é uma rede global acessível a qualquer pessoa que possua um telefone celular com um navegador instalado. Em contraste, uma intranet é uma rede privada usada exclusivamente por uma organização e seus funcionários, enquanto uma extranet permite acesso a um grupo específico de usuários autorizados. Devido à sua natureza descentralizada, a Web não possui um controle centralizado. Sendo uma rede aberta e pública, a internet é mais vulnerável a problemas de segurança. Já as intranets e extranets oferecem maior segurança, utilizando mecanismos de autenticação e criptografia para proteger as informações e recursos compartilhados.
88. O princípio da moralidade administrativa permite que os agentes públicos adotem medidas e práticas baseadas em costumes locais e normas informais, mesmo que essas práticas não estejam expressamente previstas na legislação. Por exemplo, um gestor público pode decidir pela contratação de serviços sem licitação, justificando que essa prática é uma tradição local amplamente aceita pela comunidade e que visa a agilizar a prestação de serviços públicos.
89. A transparência é um princípio ético fundamental no setor público, promovendo a prestação de contas e o acesso à informação. Um exemplo prático é o trabalho de um gestor de contratos públicos, que deve garantir que todos os processos de licitação sejam transparentes e que os contratos sejam adjudicados com base em critérios objetivos e legais. A transparência ajuda a prevenir práticas corruptas e a promover uma gestão eficiente dos recursos públicos.
90. A ética, os princípios e os valores orientam não apenas as ações individuais, mas também as políticas e práticas organizacionais no setor público. Os servidores públicos são responsáveis por aplicar esses princípios no desenvolvimento e na implementação de políticas que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Por exemplo, ao formular leis de proteção ambiental, é crucial que os legisladores considerem não apenas o cumprimento de normas legais, mas também o compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar das gerações futuras.
91. Backup é o termo utilizado para descrever o processo de salvar um arquivo em múltiplos locais como medida de segurança, visando evitar perdas acidentais de dados e informações cruciais para as operações de negócio. Existem dois tipos principais de backup: o backup completo, que copia todas as informações da máquina sem filtros; e o backup diferencial, que copia apenas as informações que mudaram desde o último backup completo. Cada método possui suas vantagens sendo escolhido com base nas necessidades específicas de segurança e eficiência de armazenamento de dados da organização.

92. Arquivos e pastas são fundamentais para organizar informações em um computador. Cada arquivo tem um nome e uma extensão que indica seu tipo. Por exemplo, um arquivo com a extensão .doc é um documento do Word, enquanto um arquivo com a extensão .jpg é uma imagem. A maioria das extensões de arquivos é compatível com diversos programas comuns em computadores. É possível alterar a extensão de um arquivo apenas renomeando-o, sem precisar de outros processos ou programas terceiros. Por exemplo, se você possui um arquivo chamado LISTA DE COMPRAS.doc, pode mudar o formato renomeando-o para LISTA DE COMPRAS.jpg. Após salvar com o novo nome, o formato mudará automaticamente.
93. As principais características do sistema operacional Windows são sua capacidade de multitarefa e suporte para múltiplos usuários. O Windows requer a compra de uma licença para ser utilizado legalmente em um computador, e os usuários não têm acesso ao código-fonte para fazer alterações na programação do sistema. Em contraste, sistemas como o Linux permitem acesso ao código-fonte e podem ser modificados pelos usuários. Uma das partes mais importantes do Windows é o botão "Iniciar", que permite acessar qualquer aplicação presente no computador, como programas de texto, cálculos, desenhos, navegação na internet e outros.
94. Um sistema operacional é um programa complexo que gerencia o funcionamento completo de uma máquina, incluindo software e hardware. Ele permite criar diferentes níveis de acesso para usuários, com duas principais contas: administrador e limitada. A conta de administrador tem acesso total, enquanto a conta limitada possui restrições, como a impossibilidade de criar pastas ou instalar software na raiz do sistema. O administrador pode ajustar as permissões das contas limitadas, controlando o acesso a várias funções e áreas do sistema.
95. A ética no setor público é essencial para garantir a imparcialidade e a integridade na tomada de decisões governamentais. Por exemplo, um juiz deve aplicar a lei de forma justa e imparcial, sem deixar que interesses pessoais ou políticos influenciem suas decisões judiciais. A imparcialidade é crucial para assegurar a confiança dos cidadãos no sistema judicial e na proteção de seus direitos.
96. O Google Docs é um editor de texto integrado ao pacote de aplicativos do Google Workspace. Ele permite a criação e edição de diversos tipos de documentos em texto, que são automaticamente armazenados na nuvem e salvos no Google Drive conforme o usuário trabalha no documento. O recurso de correção gramatical no Google Docs é uma ferramenta importante para assegurar a precisão dos documentos. Além disso, uma de suas funcionalidades avançadas é o identificador de plágio, que está integrado ao aplicativo, eliminando a necessidade de usar serviços de terceiros para essa função.
97. O código de ética, além de possibilitar um trabalho harmonioso, deve servir também como proteção dos interesses particulares e dos profissionais que contribuem de alguma forma para a organização, os stakeholders. Por essa razão, diz-se que deve ser específico, factível e passível de avaliação.
98. Como a Internet é uma grande rede de computadores que estão conectados no mundo todo, cada um precisa de um número que o identifique na rede, assim como precisamos de um passaporte para entrar em qualquer país do mundo. Nos computadores, esse número é chamado de endereço IP sendo fornecido por provedores de serviços de Internet (ISPs), como a AOL nos Estados Unidos ou a Claro na América Latina. Esse número de identificação é o que permite que o computador, uma vez conectado à Internet, se comunique com outros computadores.
99. O armazenamento em nuvem proporciona uma solução segura e confiável para a preservação de todos os seus ativos. Com arquivos e pastas armazenados online, a preocupação com falhas de hardware torna-se desnecessária. Ademais, todos os seus arquivos podem ser acessados de qualquer dispositivo, em qualquer local. Portanto, caso ocorra uma falha em seu laptop antigo, basta realizar o login em outro dispositivo para retomar suas atividades de onde parou.
100. Os direitos e deveres andam juntos no que tange ao exercício do direito individual, pois não se pode conceber um direito sem que antes ele seja precedido de um dever a ser cumprido; é uma via de mão dupla, seus direitos aumentam na mesma proporção de seus deveres perante a sociedade.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO